



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0010467-38.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **Javep Veículos Peças e Serviços Ltda**
 Requerido: **Paulo Cesar Baptista**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JAVEP VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Paulo Cesar Baptista, também qualificado, alegando seja credor da importância de R\$ 6.295,06 representando o valor atualizado do cheque nº 000062 emitido pelo réu em 06 de janeiro de 2012 no valor de R\$ 5.000,00, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo valor atualizado da dívida.

O réu opôs embargos ao mandado de pagamento, alegando que o valor do cheque foi pago em dinheiro diretamente na empresa autora/embargada, que prometeu a devolução do título sem fazê-lo.

O autor/embargado respondeu que o valor do título não foi pago pelo réu/embargante, que de sua parte não junta recibo ou documento algum provando esse pagamento.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme se sabe, *“Uma vez que o pagamento é um dos fatos extintivos da obrigação, ao devedor incumbe prová-lo”*, sendo que essa prova *“tem de ser cabal, produzindo-se com a demonstração de que a prestação cumprida corresponde integralmente ao objeto da obrigação a que se refere”* (cf. ORLANDO GOMES ¹).

Veja-se ainda: *“APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE. ENDOSSO. DÍVIDA QUITADA. PROVA. A prova do pagamento de dívida que embasa ação monitória incumbe ao devedor por aplicação da regra contida no art. 333, inc. I, do CPC. - O recibo não faz prova consistente da quitação quando com data pretérita à emissão do cheque”* (cf. Ap. Cível nº 70056052376 – 18ª Câmara Cível TJRS - 12/12/2013 ²).

Também: *“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA. Inexistência de recibo de quitação. Juntada de documento que não faz prova do pagamento da obrigação pertinente ao cheque objeto dos autos”* (cf. Ap. Cível nº 70036538197 – 15ª Câmara Cível TJRS - 09/11/2011 ³).

Em resumo, sem prova formal de pagamento, não há como se admitir o argumento, rejeitando-se, assim, os embargos, para que fique constituído o título executivo

¹ ORLANDO GOMES, *Obrigações*, Forense, RJ, 1986, p. 136.

² www.esaj.tjrs.jus.br/busca.

³ www.esaj.tjrs.jus.br/busca.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

judicial pelo valor do mandado de pagamento, R\$ 6.295,06, sobre o qual deverão ser acrescidos correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

O réu deverá também arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por Paulo Cesar Baptista contra JAVEP VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$ 6.295,06 (*seis mil duzentos e noventa e cinco reais e seis centavos*), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu/embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Um a vez transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

P. R. I.

São Carlos, 04 de junho de 2014.